

Uma epidemia na Amazônia e o esforço de contagem dos mortos, Grão-Pará (1748-1750)*

An epidemic in the Amazon and the effort to count the dead, Grão-Pará (1748-1750)

RECEPCIÓN: SEPTIEMBRE DE 2020; ACEPTACIÓN: JUNIO DE 2021

Antonio Otaviano Vieira Junior^a

Palavras Chave

Epidemia
Amazônia colonial
Contagem
Índios

Resumo

A seguinte nota de pesquisa se insere no esforço de compreensão da construção de diferentes sentidos para uma epidemia que ocorreu no que chamamos hoje de Amazônia brasileira, mais especificamente na capitania do Grão-Pará entre os anos de 1748-1750. Resumidamente avançaremos na reflexão acerca da tentativa de uso político da ideia de gravidade do contágio centrada na contagem dos mortos. Esse uso foi feito fundamentalmente sob a égide do então governador do Estado do Maranhão, Francisco Pedro Gurjão e envolveu interesses tanto da colônia quanto da metrópole.

Keywords

Epidemics
Colonial Amazon
Counting
Indians

Abstract

The research note is part of the effort to understand the construction of different meanings for an epidemic that occurred in what we now call the Brazilian Amazon, more specifically in the capitania of Grão-Pará between the years 1748-1750. We will move on to a reflection on the attempt to use the idea of the severity of contagion centered on counting the deaths. This use was made primarily under the aegis of the then governor of the State of Maranhão, Francisco Pedro Gurjão and involved interests of both the colony and the Portuguese Crown.

* A nota de pesquisa está atrelada ao projeto "História da População na Amazônia colonial", desenvolvido junto a Universidade Federal do Pará e com financiamento do CNPq e da CAPES.

^a Universidade Federal do Pará. C.c.: otaviano@ufpa.br



APRESENTAÇÃO

Nossa nota de pesquisa é centrada na análise de duas cartas, a primeira redigida em abril de 1749 e a segunda em agosto de 1750. Essas missivas traziam alguns pontos comuns: escritas na cidade de Belém da capitania do Grão-Pará, se queixavam ao rei de Portugal da epidemia que assolava a capitania desde 1748, evidenciavam tentativas de quantificação de mortos e, por último, ambas foram assinadas pelo mesmo administrador o então governador do Estado do Maranhão, Francisco Pedro Gurjão¹.

O governador signatário de ambas as missivas era homem com longa experiência militar e administrativa, habilitado pelo rei como membro da Ordem de Cristo [signo de distinção social] e ao longo dos anos foi detentor de diferentes patentes – incluindo a nomeação como capitão-mor da Paraíba (1729-1734)². Veio a ser governador da Ilha da Madeira (1737-1747) e do Estado do Maranhão nos anos de 1747-1751. Os resumidos dados biográficos nos ajudam a pensar Francisco Gurjão como um homem atrelado ao esforço de governabilidade do Império, um elo entre regiões, situações e tempos de diferentes possessões lusitanas.

Quando redigiu a primeira carta estava empenhado em denunciar o estado vulnerável da capitania do Grão-Pará, que desde de setembro de 1748 sofria com um “perniciosíssimo contágio”. Entre as linhas de seu texto orbitava o desejo de convencer o monarca português acerca da gravidade da situação e buscar seu real amparo. Nesse sentido, o autor apostava na construção de uma narrativa que sublinhava os desdobramentos da doença no corpo dos contaminados e na organização econômica da região. No primeiro caso a intensidade do contágio era associada à caracterização de seus sintomas: febre, surgimento de manchas vermelhas e roxas que levantavam bolhas à “imitação do sarampão”, uma aparente melhora (remissão) que dias depois era seguida por diarreia de sangue, vômitos e por fim, pela morte³.

No que concerne aos desdobramentos da epidemia na dinâmica econômica, Francisco Gurjão se valeu de outra estratégia: declarar a quantidade de índios mortos pela doença, pois eram estes a principal força de trabalho local⁴. Empenhou-se em construir um sentido discursivo para o contágio apoiado em números. Mesmo sendo uma trilha ainda pouco enveredada por administradores portugueses até aquela primeira metade do século XVIII, o governador tentou transformar o número em aliado político.

1 O Estado do Maranhão era composto pelas capitanias reais do Maranhão, Grão-Pará, Gurupá e Piauí, além das capitanias privadas de Tapuitapera, Caeté, Camutá e Cabo Norte. A partir de 1751 passa a ser chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão, composto pelas capitanias do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí, cuja capital era Belém. Destaca-se que embora integrasse a América Portuguesa, o Estado do Maranhão não pertencia ao Estado do Brasil, tendo inclusive administração própria.

2 A capitania da Paraíba situava-se no nordeste do Estado do Brasil, fora alvo de incursões francesas e holandesas, além da revolta da nação indígena potiguar. Em 1753 tornou-se capitania anexa a Pernambuco.

3 Arquivo Histórico Ultramarino -Projeto Resgate (AHUPR), Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

4 Diferentemente do Estado do Brasil, o Estado do Maranhão, na viragem da primeira para a segunda metade do século XVIII, se apoiava prioritariamente na escravidão indígena, que legalmente foi abolida em 1757.

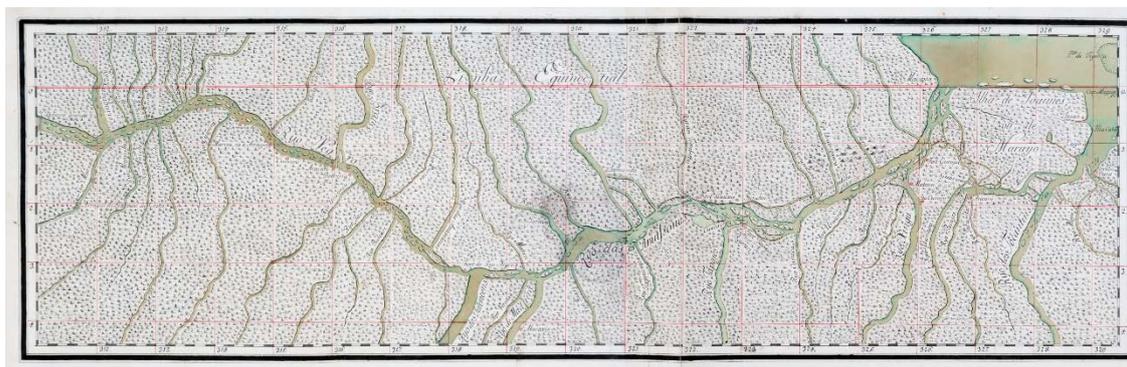
1. CONTAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO

Em referência à carta de abril de 1749, a marca da quantificação inicialmente flertava com que chamamos hoje de imprecisão. O governador se valeu de expressões generalizantes e ideias abrangentes, materializadas em trechos narrativos como: "nunca aqui visto estrago de mortandade de índios e mestiços, a que chamam mamelucos e cafuzos, sem exceção de idade ou sexo", "que havia devorado grande partes dos Índios das Aldeias", "algumas fazendas populosas (...) ficaram quase despovoadas e o mesmo sucedeu nas Casas dessa Cidade", "aonde as mais bem Livradas [casas] apenas ficaram só com os Senhores delas, tratando dos poucos enfermos que lhes restavam depois de enterrarem de dez, vinte e mais escravos de que se serviam"⁵. O autor se aventurava em descrições baseadas em tênues referências de quantificação, mas que assinalavam uma maior perda de vidas entre os indígenas escravizados.

Na mesma missiva de abril de 1749 o governador reconhecia as imprecisões que rondavam seus argumentos e a necessidade de remediá-las: "no Número dos mortos ainda não se pode haver certeza total". Entretanto, assinalava a utilização de contagens para atribuir um sentido à intensidade do contágio, e ao mesmo tempo destacava as dificuldades associadas ao processo de levantamento dessas informações: "não se pode saber com certeza a perda, por que além das distancias em que vivem [colonos e escravizados] ainda não se sossegou de todo a mortandade...". Seguindo suas reflexões e argumentos, destacou mais um problema associado ao cômputo dos óbitos: "corre em algumas Relações que se tem feito deste funesto contágio, que ao meu parecer estão encarecidas no que toca ao orçamento dos mortos, por que não acho haver tanto número de moradores na capitania, quanto nas mesmas Relações se insinua..."⁶.

Figura 1

Mapa do rio Amazonas produzido no ano de 1758



Fonte: Capitão Engenheiro João André Schwebel, Mapa Geográfico do Rio Amazonas, 1758. Chama atenção para além da vasta dimensão do território e da floresta, a capilaridade fluvial que torna os rios a principal via de deslocamento.

5 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

6 Ibidem.

Diante da dispersão populacional, amplitude territorial e da falta de contagens gerais acerca da população da capitania⁷, Francisco Gurjão explicitou na carta sua tentativa de atenuar os limites do levantamento de óbitos; circunscrevendo-o à capital da capitania do Grão-Pará, Belém. Nessa empreitada também enfrentara problemas, pois, os colonos residiam a maior parte do tempo em fazendas e roças espalhadas nas áreas no entorno da cidade. Uma das raras ocasiões de retorno desses colonos aos seus domicílios belemenses era na Semana Santa – ocasião que aproveitara para fazer a contagem. Entretanto, em função da própria epidemia que criava temor e dificuldades de deslocamento, das quase 900 casas da cidade apenas 450 receberam seus proprietários e habitantes.

Nos trechos finais da carta de abril de 1749 foi descrita toda a dificuldade e fragilidade do processo do cômputo de mortos pela epidemia. Para a cidade de Belém, entretanto, o governador apresentou números menos imprecisos: “me constou exceder o número de quatro mil e novecentas pessoas falecidas nesta cidade e Roças dos mesmos moradores”⁸. Ao assumir perante o rei os limites da sua contagem e concomitantemente apresentar números mais concretos, Francisco Gurjão apostava na construção de uma imagem de imparcialidade, pois expor limites seria uma garantia de que esses números não sucumbiram as informações “encarecidas no que toca ao orçamento dos mortos”⁹. A primeira carta não causou o impacto desejado no monarca lusitano, porém foi um ensaio de quantificação.

O governador enviaria uma segunda missiva em agosto de 1750, mantendo sua estratégia de apostar nos números como elemento de convencimento acerca da gravidade da epidemia e da necessidade da ajuda real à capitania do Grão-Pará. Novamente se queixava dos desdobramentos do contágio, enfatizando nas linhas da correspondência que o “mal” continuava afligindo “todos os moradores desta capitania [Grão-Pará]”. Pois, a morte dos escravizados indígenas os impedia de “apanhar os frutos das fazendas, que são todos os seus haveres [dos colonos] ...”¹⁰. Francisco Gurjão enfatizou a diminuição na oferta de trabalhadores que prejudicava a colheita e plantio dos dois principais gêneros de exportação da capitania à época: cacau e café.

Na carta anterior, de abril de 1749, o governador havia pontuado que a queda na pauta de exportação significaria uma diminuição nos dízimos pagos a Coroa, e resvalava na manutenção das tropas e na capacidade de custeio de defesa das fronteiras ameaçadas constantemente por franceses, espanhóis e holandeses¹¹. Na segunda correspondência fazia referência a possibilidade de despovoamento, impetrada pela carência de produtos que ameaçava a subsistência dos colonos: “e por esta causa [a epidemia] se tem experimentado uma fome de farinhas [...] e nesta proporção todos os mais viveres se reduziram maior carestia...”¹².

7 A primeira contagem geral de população da capitania do Grão-Pará foi feita em 1773. Cf: AHUPR, Capitania do Pará, 14 de fevereiro de 1774, cx. 72, doc. 6100.

8 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

9 Ibidem.

10 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2982.

11 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

12 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx.31, doc. 2982.

Tropas e povoadores eram instrumentos fundamentais de defesa territorial. Ter o potencial de povoamento da região reduzido em pleno ano de 1750 tornava ainda mais grave os desdobramentos da doença – o Tratado de Madri (1750) assinado com a Espanha versava sobre a relação entre posse da terra e colonização (*uti possidetis*). Era preciso garantir as fronteiras não apenas com incursões militares ou fortalezas, mas criar vilas, povoar. A posse de um território tendia a ser confirmada por ocupação, apoiada na presença de colonos e na exploração econômica da região. Era preciso ter gente fixada nas fronteiras. O indicativo de uma grande quantidade de mortos pelo contágio se impunha como premissa para a associação entre a doença e a possibilidade de Portugal perder o controle dos limites da América setentrional.

O governador avançava em suas denúncias, reclamando que “ouve quem com sinistras informações movido só das conveniências particulares, quis capacitar a V. Majestade de que o Contágio não tinha sido com aquela veemência que eu [governador] representava...”¹³. Denunciava a existência de uma disputa sobre a “representação” da doença, ou seja, da construção discursiva da epidemia. Tal cenário de disputas discursivas estava na esfera das “conveniências particulares”.

Mais uma vez é possível vislumbrar o antigo conflito que se arrastava no Grão-Pará desde o período da fundação da cidade de Belém, em 1616, entre colonos, missionários, autoridades locais, indígenas e a Coroa portuguesa. Esse conflito tinha como ponto central o controle da mão de obra nativa. Ainda no ano de 1750, em carta destinada ao amigo e conselheiro real “Reverendíssimo” Gaspar da Encarnação¹⁴, Francisco Gurjão explicitaria quem seriam os interessados em construir uma ideia mais branda acerca do impacto da epidemia. Nela não poupou críticas aos “religiosos”, pois estes “presentemente são senhores de tudo”. E o eram por ter acesso aos braços indígenas circunscritos as aldeias¹⁵ sob a administração das ordens religiosas: “por que com a epidemia [...] ficarão estes moradores tão destituídos de servos, que nem os tem para lhe plantarem o anual sustento”¹⁶. Esta carência de plantações fazia com que os colonos tivessem que comprar nos Conventos “a Farinha, Legumes, Azeites, Manteigas, Peixes, e Tartarugas por avultados preços, por que quando os moradores tinham os seus escravos, por estes se acostumarão prover, e por esta forma vem a ficar todo o dinheiro, que circula neste Estado em poder dos Religiosos”¹⁷. E ainda afirmou que os responsáveis pelas aldeias de índios não forneciam trabalhadores¹⁸ suficientes para que os colonos equipassem suas canoas e partissem para a colheita das drogas no

13 Ibidem.

14 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino (MR), mç. 597, doc. 02.

15 Os índios que “desciam” da floresta e passavam a viver sob a tutela dos missionários eram organizados em aldeias, e deveriam ser disponibilizados pelos religiosos como mão-de-obra para os colonos. Essa distribuição de trabalhadores indígenas era regulada pelo Regimento das Missões.

16 ANTT, MR, mç. 597, doc. 02.

17 Ibidem.

18 No parágrafo 15 do Regimento das Missões de 1686 os religiosos responsáveis pelas aldeias indígenas deveriam fornecer trabalhadores para o uso dos moradores, mas, também deveria os religiosos terem até 25 índios a sua disposição, eram os índios de serviços.

sertão. Por isto se “tem os Religiosos feito absolutamente senhores das drogas [...] como bem poderá provar examinando a todos os sujeitos, que agora carregam, cacau, café, cravo e salsa e óleos, que confessando a verdade afirmam que tudo compraram ou por outra forma houveram dos Conventos”¹⁹. Denunciava os padres da Companhia de Jesus, que não obedeciam a real ordem de destinar índios para a condução de gado e vendiam a carne no Colégio Jesuítico de Santo Alexandre (sede jesuítica em Belém) com preços superiores aos praticados no açougue²⁰.

Falando ao conselheiro real e ao rei português, Francisco Gurjão estava empenhado em criar a imagem de uma epidemia com fortes repercussões na dinâmica econômica e cotidiana da região. Diante das incertezas e diversidades de sentidos do contágio que atravessavam o oceano Atlântico e alcançavam os olhos da Coroa, se fazia fundamental um esforço de convencimento sobre a gravidade e desdobramentos associados à moléstia. Um esforço que aparentemente se apresentasse como livre de “interesses particulares”. O governador apostou numa ferramenta de convencimento: a contagem precisa dos mortos. Ainda na carta de agosto de 1750, explicitaria essa estratégia diretamente ao rei: “porém Senhor como minha obrigação é muy separada do defeito de encarecido [exagerar a gravidade da epidemia] entrei na diligência de saber **formalmente o número de pessoas que morriam** [grifo nosso] [...] estou bem certo que todos os Sujeitos que nesta matéria /como Eu/ falarem sem mais paixão que a verdade não são de diferir dessa conta em que procurei com toda a exação ser bem informado[...]”²¹.

Apoiar-se no cômputo dos mortos como meio de convencimento era uma tarefa ousada, e as ferramentas disponíveis para o intento ainda eram precárias. Contar a população, mesmo com o objetivo pontual de registrar os mortos, não era uma prática corriqueira no Império Português. Ressalva-se que desde meados do século XVII já se esboçava uma “aritmética política”, com a preocupação de criar, a partir dos números, métodos e regras para facilitar a administração dos Estados Absolutistas. Mas essa preocupação somente se efetivaria no governo lusitano na segunda metade do século XVIII (Santos, 2010/2011). Podemos encontrar no século XVII tentativas de contagem da população sem um formato padronizado e periodicidade indefinida. Foi somente no século seguinte, mais precisamente no reinado de D. José I (1750-1777), que houve uma tentativa sistemática para a melhor quantificação da população do Império (Alden, 1963). Essas tentativas resultaram numa produção de dados demográficos para a América portuguesa a partir de 1773, período que coincidiu também com a sistematização de dados populacionais das colônias hispânicas (Matos & Sousa, 2015).

Nesse sentido, ao considerarmos a contagem de mortos vinculada pelo governador Francisco Gurjão, devemos ter cuidado para não incorremos no anacronismo de solicitar metodologias dentro de padrões construídos em fins do século XVIII e difundidos ao longo do século XIX. Como Maria Luiza Marcílio destacou, até o terceiro quartel do

19 ANTT, MR, mç. 597, doc. 02.

20 Ibidem.

21 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx.31, doc. 2982.

século XVIII não houve no Brasil contagens mais sistemáticas de população, gestando apenas estimativas mais gerais no que a autora chamou de “período pré-estatístico” (Marcílio, 1974). E se estabelecer um modelo de contagem executado com periodicidade regular foi o desafio até então, as ferramentas de análise dos dados levantados eram bastante rudimentares; somente no final do século XVIII foram efetivados os pressupostos básicos para a criação de sistemas nacionais de estatísticas na Europa (Bandeira, 2004: 39).

2. CONTAGEM “FORMAL”

Francisco Gurjão entrara “na diligencia de saber formalmente o número de pessoas que morreram...”²². No dicionário do padre Rafael Bluteau, impresso pela primeira vez em 1728, a palavra “forma” é definida como: “que respeita a forma. As palavras formais, as mesmas que alguém disse, ou que estão escritas sem a menor alteração” (Bluteau, 1789: 627). Subtende-se que o termo “formalmente” utilizado pelo governador seria equivalente a confiável, ou seja, traduzia uma contagem baseada em dados concretos.

Nessa nova contagem emergiram números menos imprecisos, a morte ganhava contornos definidos na quantidade e a capitania do Grão-Pará era configurada enquanto vítima do contágio: nas aldeias e nas fazendas dos religiosos da cidade de Belém 10.777 óbitos, ao qual acrescentou 7.600 índios mortos nas propriedades dos moradores da cidade; “importam dezoito mil trezentos e setenta e sete como consta do Resumo junto”²³.

Na carta de agosto de 1750 o governador destacou que não foram contabilizadas as mortes “nas inumeráveis fazendas desta Capitania, nem nas vilas da Vigia, Caeté e Camutá, e as mais pessoas que andam dispersas pelo Sertão, que fazendo uma proporcionada conta, ou orçamento a todos hão de chegar a quarenta mil...”²⁴. Apesar da preocupação com dados “formalmente” levantados, os esforços do governador outra vez sucumbiram ao tamanho do território da capitania do Grão-Pará²⁵ e aportaram em uma estimativa. Existia uma diferença considerável entre os números baseados em levantamento de informações aparentemente mais sistemáticas (18.377 mortos) e a estimativa de 40.000 mortos.

Outros tentaram também estimar e traduzir os efeitos desse contágio em números de óbitos, e todas eles não deixaram claro que caminho seguiram para uma aproximação numérica. Foi o caso do jesuíta João Daniel, na década de 1750, ao rememorar durante

22 AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

23 Ibidem.

24 Ibidem.

25 Atualmente o Estado do Pará e Amazonas somam aproximadamente 2.800.000 km², a capitania do Grão-Pará em 1750 compreendia uma área próxima a essa dimensão. Destacamos ainda que o transporte nessa região era primordialmente fluvial, e ficava à mercê das cheias, secas e chuvas nas cabeceiras dos rios.

sua prisão nos cárceres do Limoeiro²⁶ o efeito devastador da epidemia, fizera referência a uma estimativa de 30.000 índios mortos nas missões: como "testemunhou um governador [Francisco Gurjão?]" (Daniel, 1975: 283). Anos depois, mais um religioso sugeriria uma nova contagem, o frei João de São José Queiroz, bispo do Grão-Pará entre os anos de 1760-1763, que ao falar da diminuição do plantel de escravos de um proprietário, lembraria: o "sarampo matou mais de 600.000 almas" (Castello-Branco, 1868: 198). Aqui, certamente, há um exagero, pois mesmo em 1773 a população de toda a capitania não alcançava a casa dos 60.000 habitantes²⁷.

Hipérboles à parte, outros números emergiam como estimativa e assumiam explicitamente suas próprias imprecisões. Foi o caso da contagem vinculada pela *Noticia Verdadeira do terrível contagio*: "Desejosos todos de saberem o número dos mortos, principiarão a extrair memorias dos Reverendos Párocos das duas Freguesias, a Sé, e o Rosario da Campina [em Belém]..."²⁸. Ainda segundo a *Noticia Verdadeira*, a contagem não considerava "todos os escravos dos Conventos, da Vigia, Cameta, como também das fazendas dos Rios Guamá, Guacará, Moju, Majuai, Capim, e outros muitos"²⁹. O número estimado foi de 15 mil mortos, entre os anos de 1748-1749, "com a maior certeza". No entanto, chamava atenção para a impossibilidade de considerar os mortos nos sertões, que não poderiam ser contados pela "impenetrabilidade dos matos", o que tornava "impossível fazer especifica memória"³⁰. Ficava claro o esforço de contagem com menor imprecisão, "com a maior certeza", e ao mesmo tempo se pontuava os limites dessa tentativa. Outra vez o limite foi justificado pela amplitude do território e densidade das florestas do Grão-Pará. Mas ninguém se dedicou tanto em construir um sentido para o contágio, tendo os números enquanto aliados, como Francisco Gurjão.

3. AS LISTAS ANEXAS À CARTA DE 1750

Voltando a ousada tentativa de registrar números mais preciso de mortos, a carta assinada pelo governador Francisco Gurjão, em agosto de 1750, era dividida entre um corpo descritivo principal e um conjunto de listas produzidas por missionários. A re-ensão foi provavelmente instigada pelo governador e atribuída enquanto tarefa às or-

26 Em 1759 os jesuítas foram expulsos por ordem real do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Muitos deles ficaram sob cárcere na prisão do Limoeiro, principal estabelecimento prisional em Lisboa que recebia inclusive condenados pelo Tribunal do Santo Ofício.

27 AHUPR, Capitania do Pará, 14 de fevereiro de 1774, cx. 72, doc. 6100.

28 Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Noticia verdadeira do terrível contagio*, que desde Outubro de 1748 até o mês de Maio de 1749 tem reduzido a notável consternação todos os Sertões, terras, e Cidade de Bellém, e Grão Pará, extraída das mais fidedignas memorias / [Manuel Ferreira Leonardo].

29 Ibidem.

30 BNP, *Noticia verdadeira do terrível contagio*, que desde Outubro de 1748 até o mês de Maio de 1749 tem reduzido a notável consternação todos os Sertões, terras, e Cidade de Bellém, e Grão Pará, extraída das mais fidedignas memorias / [Manuel Ferreira Leonardo].

dens religiosas³¹. No total de anexos são 27 listas com diferentes estruturas, mas todas com a preocupação em quantificar os óbitos. Curiosamente o governador se valera do levantamento quantitativo feito por aqueles que (segundo ele próprio) tinham interesse em subestimar o impacto da mortalidade causada pelo contágio.

Algumas listas tinham um formato mais sintético, como por exemplo a que se refere a aldeia de Urubucoara (Outeiro): "na dita Aldeia faleceram desta Epidemia 173 pessoas pouco mais, ou menos". Nessa declaração assinada pelo frei José de São Francisco não há uma discriminação mais específica de quem eram os mortos e um tom transpassado pela imprecisão da contagem, "pouco mais, ou menos".

Figura 2

Lista dos mortos da aldeia de Urubucoara

Testifico eu Fr. José de S. Fr. de S. Francisco
 da Aldeia de Urubucoara, q. na dita Aldeia faleceram
 desta Epidemia 173 pessoas pouco mais, ou menos
 em 1750 pouco mais, ou menos a os 28 de Agosto
 de 1750
 Frei José de São Francisco

Fonte: AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

Outro formato poderia apresentar o cômputo de vários lugares em uma lista só. Foi o caso das quatro aldeias da ordem da Conceição no arquipélago do Marajó: Mangabeiras (Lugar de Ponta de Pedra), Guoainases (Lugar de Villar), São Francisco do Caia (Vila de Monsarás) e Nossa Senhora da Conceição do Igarapé Grande (Vila de Salvaterra). Cada aldeia teve discriminada a população morta, a que sobreviveu, os "índios de serviços" [índios trabalhadores à disposição dos religiosos] sobreviventes e os que estavam sob a tutela de particulares. A aldeia de São Francisco de Caia, por exemplo, teve 398 pessoas mortas pela doença e 208 sobreviventes, com 43 índios de "serviço" e 63 índios sob a responsabilidade do morador João dos Santos.

31 Essa documentação encontra-se arquivada no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Por um problema de catalogação as listas foram retiradas de seu conjunto original (a carta do governador) e inseridas numa documentação produzida pelos vereadores de Belém. Mas, esse engano já foi corrigido no próprio site do Arquivo Ultramarino. "Os anexos do documento 3001 da caixa 32: certidões e listas demonstrativas dos efeitos da epidemia, foram por lapso de catalogação juntos a este documento e assim microfilmados, quando deviam estar anexados a este documento nº 2982." In: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/detail-s?id=1212995>.

Figura 3

Lista dos mortos em quatro aldeias no Arquipélago do Marajó

Lista das pessoas, que morrerão e das que se
 estão vivas nas quatro Aldeias, que administra a D. N.
 da C. do Marajó

Na Aldeia de N. S. da C. do Marajó, morrerão
 noventa e três pessoas; e estão vivas Cen-
 to, e trinta e seis: Tem Indios de serv.º Ter-
 nove; mais três vellos, mais três fugidos, e de de-
 nove que existem, e se chamam cinco no serv.º do Ex.
 e do S.º Bispo, mais um que foi f.º d.º e este por
 nome Quebio, e ainda fugido na Id. São Mateus - 93

Na Aldeia de N. S. do Guayanaz, morrerão
 cento, e trinta e sete pessoas: Tem vivos noventa e oito
 tem Indios de serv.º vinte e três, destes andão cinco
 no serv.º do Ex.º e do S.º Bispo, e são de fazer
 sua muda, como também o desima f.º d.º e serv.º da
 Id.º, e formemos vinte e três que digão e se chamão Coatto
 ausentes, que hão sido afeitos com o febre, e
 e douz ferão com o novo L.º de resid.º São Mateus - 137

Na Aldeia de N. S. do Cayá, morrerão
 trezentas, e noventa e oito pessoas, e estão vivas, do-
 ventas, e oito pessoas, tem Indios de serv.º cento e
 três, não obstante a afeição de São do
 Santo, que fez repa.º e dizendo hão se
 feito, e se continuam no serv.º; São Mateus - 398

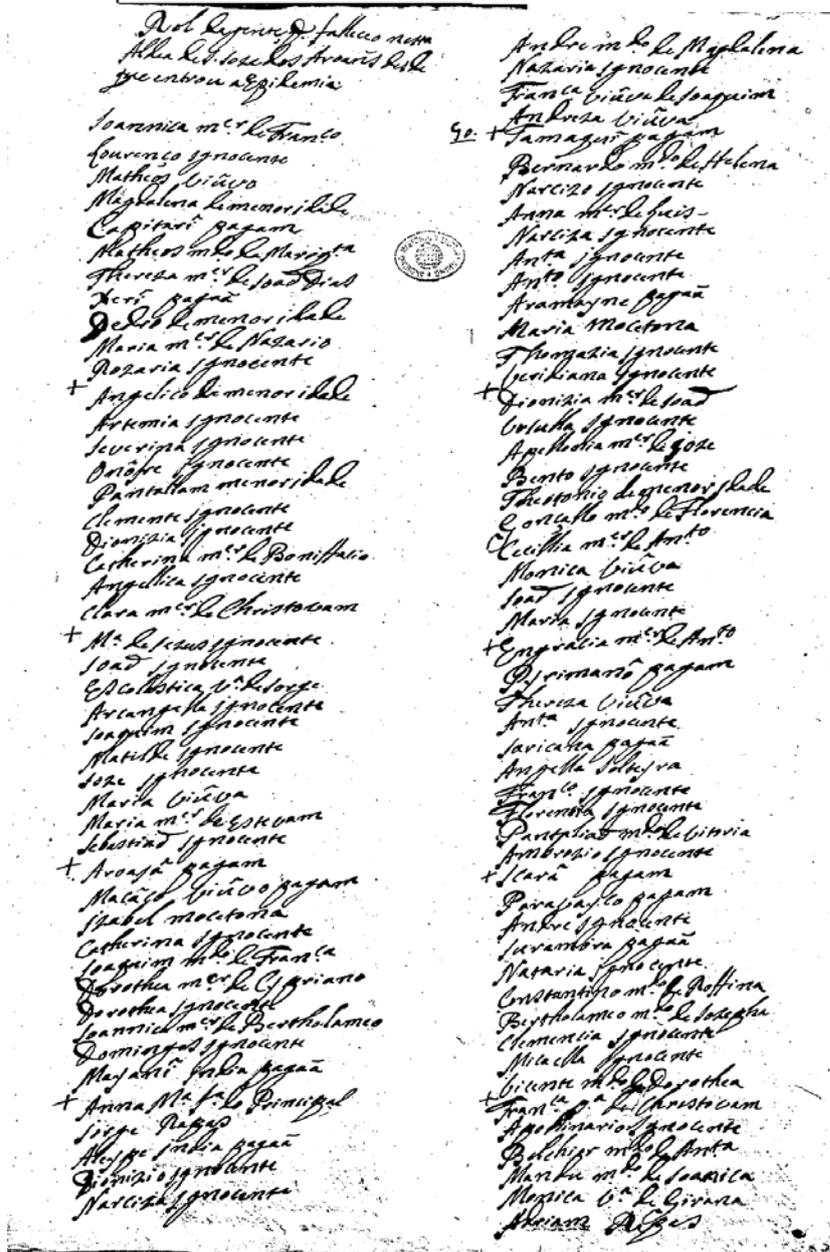
Na Aldeia de N. S. do Garajé gr.º, mor-
 rerão trezentas, e setenta, e duas pessoas; tem vivos
 doventas, e cento, e duas pessoas; tem Indios de serv.º
 cincoenta, e nove, mais três, que não chegaram ao cinco-
 enta annos, mais inca gary de serv.º, destes se achão
 de pres.º com o dito q.º agora se tem em vinte e
 três no serv.º do Ex.º e do S.º Bispo

Fonte: AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

Alguns inventários eram mais precisos. Como a contagem feita pelo frei Antonio do Desterro, responsável pela missão de São José dos Avoans. Nessa lista constava 207 mortos pela epidemia, que foram discriminados pelo nome. Outro marcador indicado em relação aos mortos era a faixa etária, como "Domingos rapaz", "Joanna rapariga", "Pedro de menor idade", "Henrique inocente". Também se fazia referência nessa

mesma listagem, à condição do falecido diante da Igreja Católica, "Acuã índia pagã", "Tamaqui pagam", "Cayri índio pagam"; sua condição conjugal "Hylaria mulher de Antonio", "Maria viúva", "Vicente marido de Dorothea"; ou sua condição social dentro da missão "Ana Maria filha do Principal". Foram esquadrinhados não apenas o número ou os nomes dos mortos, mas, há um esforço de precisar quem fora atingido e criar uma aura de confiabilidade da informação. Aliás como esta listagem ocupou três fólios, o frei para não se perder no cômputo total usou do artifício de colocar a cada dez nomes uma cruz na margem esquerda da lista, e a cada cinco cruzeiros colocava o número múltiplo de 50 (50, 100, 150 e 200).

Figura 4
Lista dos mortos na aldeia de São José dos Avoãs



Fonte: AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

Outro rol anexado a carta de agosto de 1750 se destacou pelo cuidado em precisar o impacto da epidemia. Na missão de Motigura (Vila do Conde), o frei responsável Francisco Wolf detalhou os mortos dividindo cada fólio em três colunas: Homens, Mulheres e Inocentes. E ao lado de cada nome distribuído por coluna o frei Francisco colocava a data do óbito (dia e mês), um fólio foi dedicado ao ano de 1749 e outro ao de 1750. No final, além da soma total, "Em tudo 149" mortos, vinha uma observação sobre a dispersão de parte da população da missão: "Muitos e muitas se acham espalhados pelas Casas dos Moradores, outros já casados, outros solteiros, e dos mais não se sabe com certeza em q casas estão". Fica evidente mais uma vez o esforço de precisar os óbitos, e ao mesmo tempo se destaca uma dificuldade de controle da população indígena aldeada, seja dispersa nas casas dos "moradores", seja se reagrupando com a formação de novas famílias; "outros já casados, outros solteiros".

Entre todas as contagens agregadas a carta produzida em agosto de 1750 pelo governador, a listagem dos mortos da freguesia da cidade de Belém, Santana da Campina, era a mais bem detalhada. Logo no seu enunciado, havia uma delimitação espacial; que era a freguesia – Belém era composta por duas freguesias, a outra era a Sé. Depois existia uma delimitação cronológica dos óbitos, "desde o primeiro de março de 1748 até 1749". Avançava o enunciado da lista deixando claro quem eram os mortos contabilizados, "Branco e escravos" – os escravizados eram na sua maioria indígenas. Para além do cabeçalho, vem o corpo da listagem em si, que ocupava 11 fólhos divididos em cinco "Colunas" e dois "Resumos". O tópico de subdivisão dos mortos era o domicílio, como a época as casas não eram numeradas o domicílio era especificado pelo nome do seu respectivo proprietário. Por exemplo: "José Alves Roxo pequenos e grandes... 79". Indicativo que no domicílio de José Alves Roxo situado na cidade de Belém, na freguesia de Santana da Campina, morreram pela epidemia, entre os anos de 1748-1749, 79 índios adultos e menores. Quando no domicílio havia falecido um branco a lista identificava o grau de parentesco deste morto com o proprietário da casa, "Vitorino de Sages sua mulher... 1"; na casa de Vitorino faleceu sua esposa e nenhum escravizado. Na maioria das vezes vinha o nome do proprietário do domicílio e um número, "Maria da Graça...1", no fogo de Maria morreu um escravizado índio. Num mesmo domicílio poderia ter morrido um branco e escravos, "Raimundo dos Santos sua sogra 8 escravos... 9", ou seja, na casa de Raimundo além de sua sogra morreram mais oito índios, perfazendo o total de nove mortos nesse domicílio. Outro exemplo, "Sargento Rafael Vaz dois filhos sua sogra seu cunhado 1 escravo ... 5", nesse caso também aparece um agregador de distinção social do dono do domicílio "Sargento", em outros casos apareceram a distinção em termos como "Padre", "Cura", "Soldado", "Ajudante", "Dona"...

Figura 5

Lista dos mortos na freguesia de Santana da Campina, na cidade de Belém

Memoranda das pessoas q. tem morrido nella cid. de Belém
 na freguesia de N. S. da Conceição da Campina donde o
 p. m. de Maria de Moraes de Almeida Entre Brancos
 e Estrangeiros

João Chaves Roxo pequenos e grandes	79
João Custodio Chaves Roxo pequenos e grandes	46
João da Antre cur. Chaves Roxo pequenos e grandes	28
João de Jesus Chaves pequenos e grandes	45
Estevão Gomez	2
Estevão Gomez	2
Estevão Gomez	12
Estevão Gomez pequenos e grandes	8
Estevão Gomez	2
Estevão Gomez sua mulher e sua India	1
Estevão Gomez seu Curador	2
Estevão Gomez de Braga Crianças	2
Estevão Gomez	2
Estevão Gomez	2
Estevão Gomez	1
Estevão Gomez	3
Estevão Gomez pequenos e grandes	42
Estevão Gomez pequenos e grandes	5
Estevão Gomez pequenos e grandes	60
Estevão Gomez pequenos e grandes	2
Estevão Gomez	1
Estevão Gomez	1
Estevão Gomez	2
Estevão Gomez	1
Estevão Gomez	1
Estevão Gomez	2
Total	258

Fonte: AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

Ainda em relação ao arrolamento feito na Santana da Campina, efetivamente diferentes arranjos domiciliares emergiam na documentação e nos possibilitam pensar para além do que tradicionalmente se concebe enquanto posse de escravo. Foi o caso do

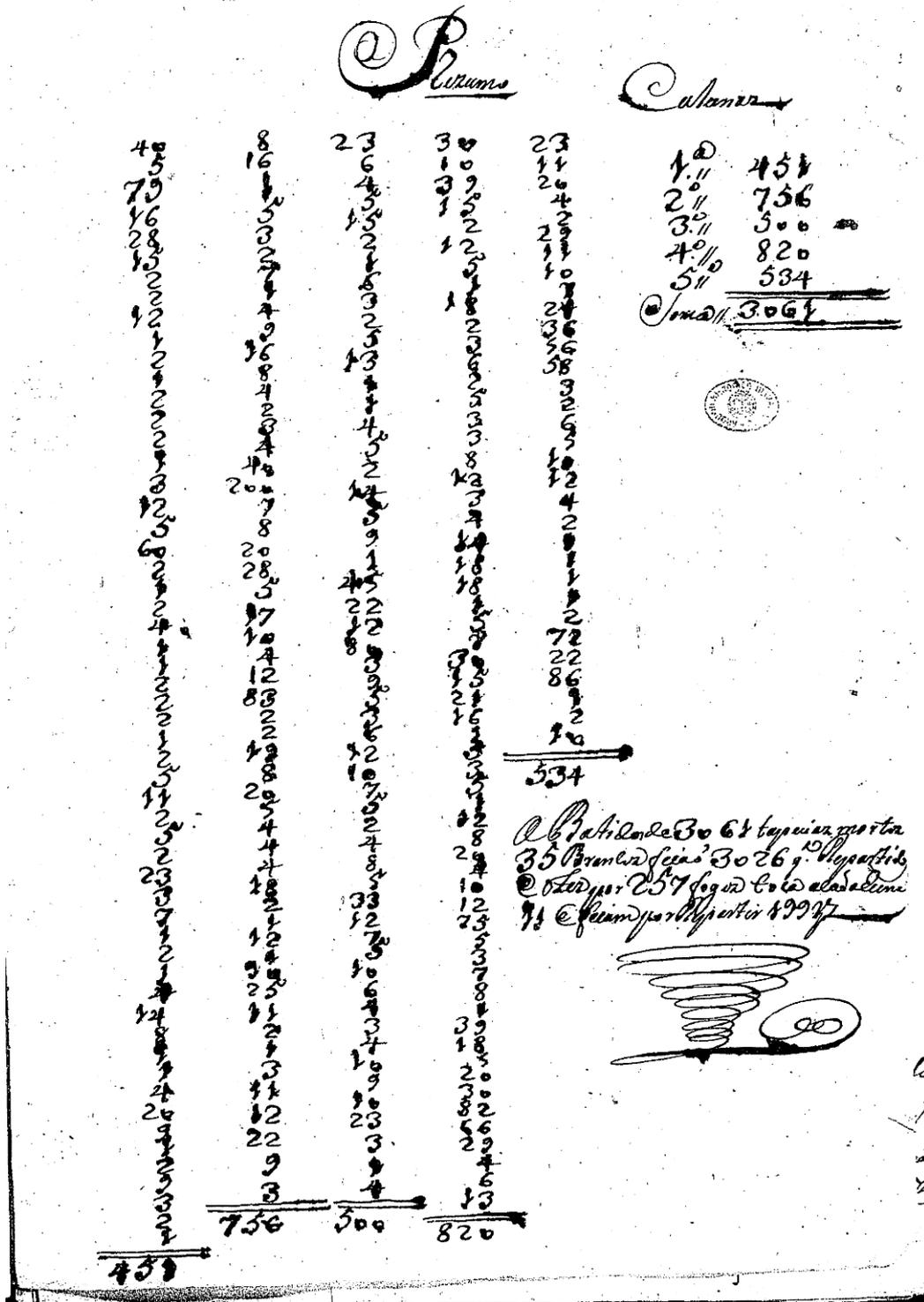
domicílio de Manoel de Jesus, homem preto e proprietário de pelo menos um escravo (que morreu). Outro ponto destacável por essa documentação era a possibilidade de domicílios chefiados por mulheres "Dona Thereza de Aragão seu Irmão e 1 Índia... 2", "Dona Bernarda Maria...7", "Dona Catherina Caetana ...23". Os domicílios tinham diferentes atores sociais como referência, embora a maior parte fosse chefiada por homens brancos que tinham a base de seu sustento fincada na posse de escravizados indígenas e na exploração da agricultura e do extrativismo.

No final de cada fólio da Santa da Campina havia uma soma parcial dos mortos listados. Os dois últimos fólios da listagem foram dedicados a tabulação dos dados. Foi pontuado que a contagem aconteceu em 257 domicílios, com o total de 3.061 índios mortos e "Entram no número acima trinta e cinco Brancos 35". No item "Resumo" foi arrolado o número bruto de mortos sem distinção do domicílio. Esses números eram agrupados em cinco colunas, com valores por coluna: "1ª 451, 2ª 756...". No final existia um pequeno texto com caráter conclusivo da listagem: " Abatidos de 3061 tapuias mortos 35 Brancos ficam 3026 que Repartidos e o fez por 257 fogos toca a cada um [domicílio] 11 e ficam por Repartir 199". Essa conclusão evidencia um esforço de situar os dados dentro do espaço da freguesia, dividindo os mortos por domicílio e apresentando um impacto mais geral do surto. As ferramentas matemáticas utilizadas no texto oscilavam entre a individualização das informações por domicílio para uma generalização de somas por fólio e por "Colunas", com a produção de uma média geral e uma sobra (199 mortos). Matematicamente a contagem se valia de ferramentas de precisão ainda pouco utilizadas administrativamente no Grão-Pará da primeira metade do século XVIII.

Anteriormente citamos que na mesma carta de agosto de 1750, o governador Francisco Gurjão havia apresentado uma contagem de 18.377 mortos pelo contágio e que indicara que esse número seria melhor detalhado a partir de documentos em anexo (as listas). Engendrara uma construção narrativa sedimentada em números e detalhes nominativos feitos por religiosos. Mesmo revelando uma estimativa de 40.000 mortos, o número final mais preciso foi construído a partir da coleta de diferentes informações das ordens religiosas e dos moradores. Os indígenas escravizados eram explorados por leigos e religiosos, muitas vezes evidenciando uma divisão desse contingente – a despeito das tensões entre colonos e missionários. No final do resumo, além do levantamento dos óbitos nas ordens religiosas, também se citava os índios falecidos entre os que trabalhavam para os moradores – 7.600. O total final que aparecia nessa lista era de 18.377, o mesmo número apresentado pelo governador. Entretanto aqui tem um problema na soma, pois entre aqueles enumerados pela ordem dos carmelitas existia uma contabilização dos índios que fugiram com medo do contágio, 342. E esses foram incorporados a somatória final dos mortos.

Figura 6

Resumo do número de mortos na freguesia de Santana da Campina, na cidade de Belém



Fonte: AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

Figura 7

Número de mortos indígenas sob administração dos religiosos somados aos trabalhadores à serviço dos colonos da cidade de Belém

*Resumo da Gente Fallecida do Serv. dos Religiosos,
E das aldeias que administrão, E dos Moradores desta
Cidade.*

<i>Do serv. dos P^{es} da Comp^a de N. S. J. Fallecerão</i>	200
<i>das aldeias que os ditos P^{es} administrão Fallecerão</i>	3363
<i>Do serv. dos Religiosos da Prov. de S. Ant^o. Fallecerão</i>	27
<i>das aldeias que os ditos Religiosos administrão Fallecerão</i>	1138
<i>Do serv. dos Religiosos da Prov. de S. Pied^o. Fallecerão</i>	218
<i>das aldeias que os ditos Religiosos administrão Fallecerão</i>	1217
<i>Do serv. dos Religiosos de N. S. do Carmo Fallecerão</i>	312
<i>das aldeias que os ditos Religiosos administrão Fallecerão</i>	2308
<i>dispersos das mesmas aldeias por Causa do Contagio</i>	342
<i>Do serv. dos Religiosos de N. S. das Mercês Fallecerão</i>	253
<i>Das aldeias que administrão os Religiosos da Conc^{ia} Fallecerão</i>	999
<i>Do serv. dos Moradores de N. S. da Cidade</i>	7600
	18377

Fonte: AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

Entre os anos de 1749 e 1750 em duas correspondências enviadas ao rei de Portugal, com avanço no grau de detalhamento da quantidade de mortos, o governador Francisco Gurjão investiu na contagem como meio de convencimento da gravidade da epidemia que se abatera sobre o Grão-Pará. O governador desfilando contagens apresentava o problema principal causado pela doença: a alta mortalidade indígena. Não pela morte do índio em si, mas, por ameaçar a subsistência dos colonos, a exploração econômica da região e a defesa de suas fronteiras.

O potencial de convencimento dos números deveria entrar em sintonia com os anseios políticos da metrópole, que desde o século XVII tentava impor o fim da escravidão indígena e garantir o controle dos braços nativos. Francisco Gurjão tentava convencer

quem queria ser convencido. Ainda em 1750, no reinado de D. João V, o rei assinara o alvará para envio de 1.000 açorianos ao Grão-Pará, com o objetivo de atenuar o impacto da falta de mão de obra causada pelo contágio.

Entretanto seria D. José I quem tentaria aproveitar "a Epidemia que matou tantos Índios, os anos passados; dá ocasião a mudarem de método, e facilitar-se a pratica do que vos acima aponto [convencer os moradores a utilizarem escravizados africanos], com o qual os Índios possam gozar da sua liberdade nos poucos que Restam daquele grande contagio [...]"³². Esse rei convencido de que a epidemia havia matado muitos "Índios" aproveitou o momento para tentar pôr fim a escravidão indígena e instigar a utilização do trabalho de africanos escravizados pelos colonos. Criando em 1756 a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, forjou uma ferramenta de abastecimento regular de escravizados africanos para a região, e ao mesmo tempo tentou instigar o comércio negreiro na área de Cabo Verde e Cacheu. Os números utilizados por Francisco Gurjão contribuíram para apresentar a Coroa uma oportunidade de inflexão na política de uso do labor indígena, com a proibição da sua escravidão e a inserção de um novo contingente de trabalhadores vindo compulsoriamente da África.

4. DE 2020 A 1750

Diante do cenário pandêmico atual, há uma tensão entre os órgãos de imprensa e o governo federal brasileiro quanto a gravidade da covid-19. Essa tensão foi materializada no debate acerca da mortandade causada pelo contágio, chamada pelo atual presidente do Brasil de "gripezinha". A representação discursiva da doença e seu respectivo uso político ganhou um contorno mais definido a partir do cômputo de contaminados e mortos. Os cidadãos brasileiros ficaram atordoados diante da disputa de confiabilidade das contagens: de um lado os números oficiais produzidos pelo governo federal brasileiro, e no outro um consorcio de órgãos da imprensa que sistematiza as informações vindas diretamente dos 26 estados brasileiros e do distrito federal. Essa associação entre numeramento de casos, disputas políticas e sentidos para epidemia evidencia que a covid-19 ganha uma existência discursiva a partir dos números, e que estes não são uma simples representação matemática do alcance e intensidade da doença: mas, também direcionam um sentido político.

A manipulação da quantificação da pestilência não é novidade do século XXI. E a podemos encontrar no ano de 1750 na então Amazônia lusitana, palco de um surto que também foi construído discursivamente a partir de tentativas de contagens, num contexto marcado pelo desconhecimento de procedimentos estatísticos mais rigorosos e com dificuldades de computar o total da população. Construímos nossa nota de pesquisa considerando os números como componentes da retórica da epidemia que

32 BNP, Coleção Pombalina, F.348, 30 de maio de 1751.

aportou na capitania do Grão-Pará. Mais uma vez, o presente reivindica o passado como interlocutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (2010/2011): "Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII, *Temas Setecentistas*", In: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Aritm%C3%83%C2%A9tica-pol%C3%83%C2%ADtica-Antonio-Cesar-de-Almeida-Santos.pdf>.

ALDEN, Dauril (1963): "The Population of Brazil in the late Eighteenth Century", *The Hispanic American Historical Review*, 43, 2, pp. 173-205.

MATOS, Paulo Teodoro & SOUSA, Paulo Silveira (2015): "A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820", *Memórias*, 11, 25, pp. 73-103.

MARCÍLIO, Maria Luiza (1974): "Crescimento da População Brasileira até 1872", *CADERNOS DO CEBRAP*, 16.

BANDEIRA, Mário Leston (2004): *Demografia: objeto, teorias e métodos*, Lisboa, Escolar.

BLUTEAU, Rafael (1789): *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Officina Simão Thaddeo Ferreira, Tomo I.

DANIEL, João (1975): "Tesouro descoberto no Rio Amazonas", *Anais da Biblioteca Nacional*, 95, Tomo I.

CASTELLO-BRANCO, Camilo (org.) (1868): *Memorias de Frei João de São Joseph Queiroz Bispo do Grão-Pará*, Porto, Typographia da Livraria Nacional.